

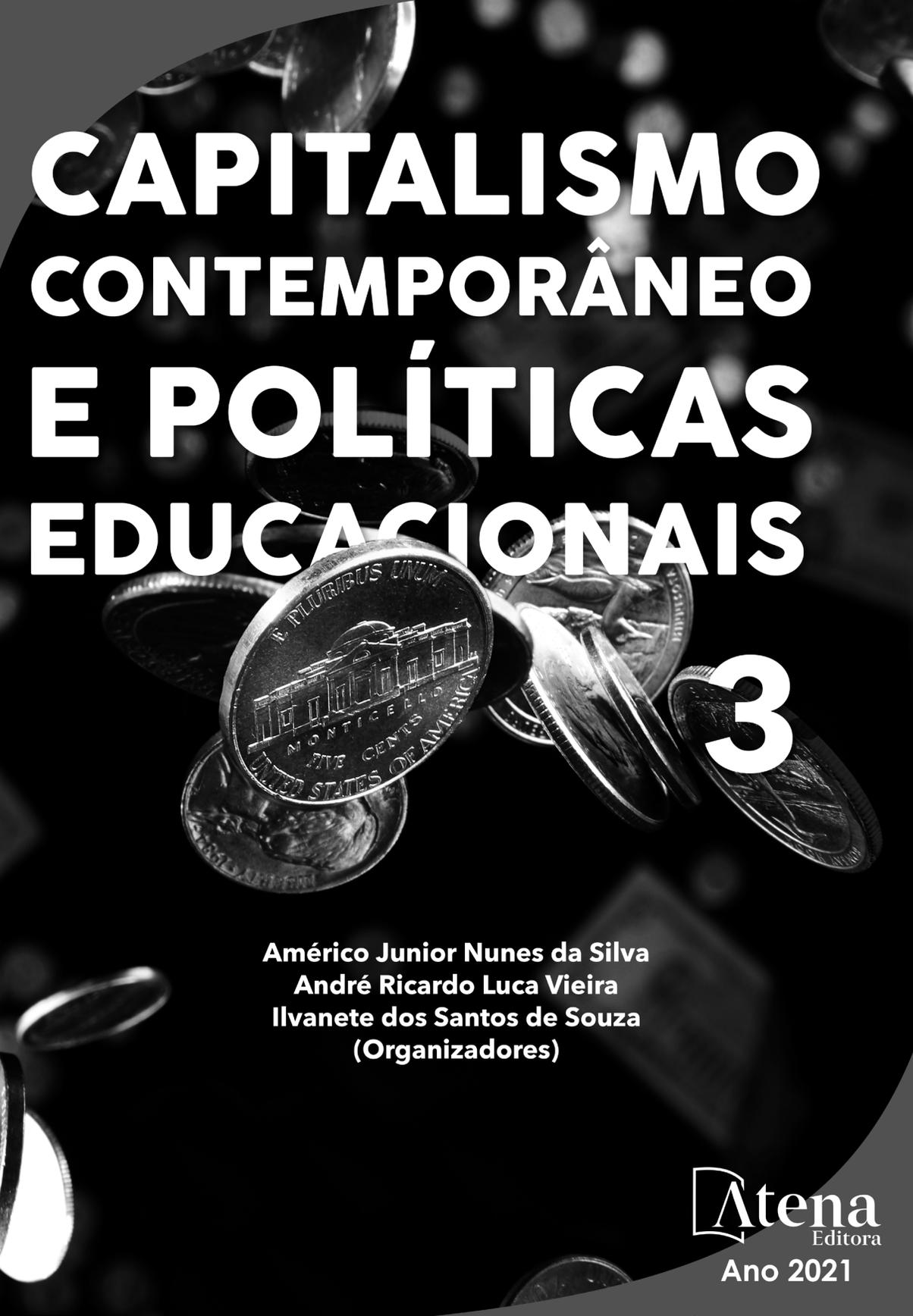
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

3

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2021



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

3

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Ivanete dos Santos de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira, Ivanete dos Santos de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-165-4
DOI 10.22533/at.ed.654211106

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Souza, Ivanete dos Santos de (Organizadora). IV. Título. CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021, com a aprovação do uso das vacinas no Brasil e com aplicação a passos lentos, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Como assevera Santos (2020), desde que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo o mundo tem vivenciado um permanente estado de crise; onde a educação e doutrinação, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação ao nível dos Estados.

Nesse sentido, a pandemia, ainda segundo o autor anteriormente referenciado, veio apenas agravar a crise que a população tem vindo a ser sujeita. Esse movimento sistemático de olhar para as crises, postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto dessa crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**Capitalismo Contemporâneo e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que aceitaram fazer parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

Ilvanete dos Santos de Souza

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

É SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDO NO BRASIL: O ESTADO DA ARTE ACERCA DA ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS

Antonia Luzivan Moreira Policarpo

Cinara Franco Rechico Barberena

DOI 10.22533/at.ed.6542111061

CAPÍTULO 2..... 14

TECNOLOGIA E DEFICIÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Flavia Varriol de Freitas

Edicléa Mascarenhas Fernandes

Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira

DOI 10.22533/at.ed.6542111062

CAPÍTULO 3..... 26

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORAS/ES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO: TEORIA E PRÁTICA INCLUSIVA

Sandra Garcia Neves

Andrea Geraldi Sasso

DOI 10.22533/at.ed.6542111063

CAPÍTULO 4..... 44

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM LETRAMENTO BÍLINGUE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Learice Barreto Alencar

Bruna Soares

DOI 10.22533/at.ed.6542111064

CAPÍTULO 5..... 56

LIBRAS PARA O ENSINO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA

Laura Paula de Oliveira

Kalmon da Silva Oliveira

Gladys Denise Wielewski

DOI 10.22533/at.ed.6542111065

CAPÍTULO 6..... 68

IDENTIFICAÇÃO DE FUNCIONALIDADES ACADÊMICAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS A PARTIR DOS PROTOCOLOS SIS E CIF

Kezia Graziela de Queiroz

Edicléa Mascarenhas Fernandes

Hélio Orrico

DOI 10.22533/at.ed.6542111066

CAPÍTULO 7	76
PERSPECTIVAS ATUAIS DO PSICÓLOGO ESCOLAR: INTERFACE COM A EDUCAÇÃO	
Bruna Albornoz D'Ávila	
Mariana Prado Sullá	
Pedro Henrique Alves Francisco	
Stefania Neves de Oliveira	
Maria Aurora Dias Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.6542111067	
CAPÍTULO 8	86
OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Janete Terezinha Schmitz	
DOI 10.22533/at.ed.6542111068	
CAPÍTULO 9	96
TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO: NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	
Tatiana Schmitz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6542111069	
CAPÍTULO 10	103
TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM – UMA ABORDAGEM SOBRE A DISLEXIA	
Tatiana Schmitz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65421110610	
CAPÍTULO 11	111
PSICOLOGIA EDUCACIONAL E ARTE-EDUCAÇÃO: A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	
Michela Ruta	
Aluma dos Santos Alves	
Patrícia Santos	
Grasiele Mônica Mendonça	
Thauany Cristina de Moraes	
Maria Aurora Dias Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.65421110611	
CAPÍTULO 12	121
IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Janete Terezinha Schmitz	
DOI 10.22533/at.ed.65421110612	
CAPÍTULO 13	127
AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EM PROL DA EDUCAÇÃO SURDA: ANÁLISE DO APLICATIVO VLBRAS	
Wagner dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65421110613	

CAPÍTULO 14	138
ANÁLISE ESTRUTURADA DOS CASOS DE DISLEXIA NO IFMT <i>CAMPUS</i> DIAMANTINO	
Adalgiza Ignácio	
Ronny Diogenes	
DOI 10.22533/at.ed.65421110614	
CAPÍTULO 15	151
CONSTRUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS PARA ALUNOS COM SURDEZ ELABORADOS POR LICENCIANDOS EM MATEMÁTICA: UMA EXPERIÊNCIA NO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA (PA)	
Isabel Lopes Valente	
Ana Mara Coelho da Silva	
Marcelo Marques de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.65421110615	
CAPÍTULO 16	161
DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO PRECOCE NO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: REPERCUSSÕES NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	
Thiffanne Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65421110616	
CAPÍTULO 17	170
INCLUSÃO: CONCEITOS-FERRAMENTA QUE TENSIONAM O DEBATE CONTEMPORÂNEO	
Gilmar Vieira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.65421110617	
CAPÍTULO 18	175
FORMAÇÃO DOCENTE: INOVAR É PRECISO	
Roseli Terra Oliveira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.65421110618	
CAPÍTULO 19	186
O TRABALHO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PRINCIPAIS DESAFIOS E SUAS INTERFACES COM A FORMAÇÃO INICIAL	
Walas Leonardo de Oliveira	
Thalita Cavassana Dias da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.65421110619	
CAPÍTULO 20	202
UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE A PARTIR DAS VIVÊNCIAS NO COTIDIANO DA SALA DE AULA ATRAVÉS DO PIBID	
Janiele Nascimento da Silva	
Luane de Holanda Silveira	
Heloysa Helen dos Santos Colares	
DOI 10.22533/at.ed.65421110620	

CAPÍTULO 21	206
ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: QUESTÕES PARA A PROFISSIONALIDADE DOCENTE	
Bianca Reis da Silva	
Shirleide Pereira da Silva Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.65421110621	
CAPÍTULO 22	218
IDENTIDADE DO PEDAGOGO: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ: ENTRE A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DA PSICOLOGIA SOCIAL	
Dirno Vilanova da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.65421110622	
CAPÍTULO 23	230
PERCEÇÕES DOCENTE SOBRE O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CIDADE DE SANTO ANDRÉ -SP	
Sonia Maria Pereira Oliveira	
Jorge Luís Barcellos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65421110623	
CAPÍTULO 24	242
PENSAR A PROFISSÃO, ENSINO E PRÁTICA DE PESQUISA CIENTÍFICA NO CAMPO DO DIREITO	
Nayala Nunes Duailibe	
Guilherme Soares Vieira	
Ana Paula Veloso de Assis Sousa	
Cristiano Chuquia dos Santos Orrico	
Glayzer Antônio Gomes da Silva	
Laurentino Xavier da Silva	
Carlos Alberto da Costa	
Mauro Lúcio Moreira de Oliveira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.65421110624	
CAPÍTULO 25	251
O ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS À EDUCAÇÃO BÁSICA	
Elana dos Santos Marques	
Valícia Ferreira Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.65421110625	
SOBRE OS ORGANIZADORES	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORAS/ ES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO: TEORIA E PRÁTICA INCLUSIVA

Data de aceite: 01/06/2021

Sandra Garcia Neves

Doutora pelo Programa de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), graduada em Pedagogia pela UNESPAR/Campo Mourão, graduanda em Psicologia pela Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO), coordenadora do Curso de Pedagogia da UNESPAR/Campo Mourão

Andrea Geraldí Sasso

Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), graduada em Pedagogia pela UNESPAR/Campo Mourão, graduanda em Psicologia pela Faculdade União de Campo Mourão (Unicampo), membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura (GEPEDIC/CNPq)

RESUMO: O número de crianças com necessidades educacionais especiais matriculadas na rede regular de ensino da Educação Básica, tem aumentado a cada ano, conforme demonstram os dados anuais do Censo Escolar (INEP). Diante disso, problematizamos: o que demonstram as estatísticas quanto ao número de matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais em salas de inclusão da rede regular de ensino e, em paralelo, com a formação inicial de professoras/es em Educação Especial? Para tanto, realizamos o levantamento de dados estatístico, bibliográfico e documental e utilizamos como aporte teórico

os estudos da área de Educação e Políticas Públicas na perspectiva da Educação Inclusiva. Nosso objetivo é apresentar e analisar dados dos últimos quatro anos (2015-2019), acerca da formação inicial de professoras/es para atuação em salas de inclusão, entendido neste trabalho como a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como, referente às matrículas de alunas/os das classes comuns na rede regular de ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Dentre as análises realizadas, percebemos a necessidade de ampliação no número de cursos de graduação em Educação Especial e de formação continuada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial, Educação Inclusiva, Formação Inicial Docente, Pessoas com necessidades educacionais especiais, Educação Básica.

THE INITIAL TRAINING OF TEACHERS / ES IN SPECIAL EDUCATION IN THE BRAZILIAN CONTEMPORARY CONTEXT: INCLUSIVE THEORY AND PRACTICE

ABSTRACT: The number of children with special educational needs enrolled in the regular Basic Education teaching network, has increased every year, as demonstrated by the annual data of the School Census (INEP). In view of this, we question: what do the statistics show regarding the number of enrollments of children with special educational needs in inclusion rooms of the regular school system and, in parallel, with the initial training of teachers in Special Education? For that, we carried out a survey of statistical, bibliographic and documentary data and used

as a theoretical contribution the studies in the area of Education and Public Policies in the perspective of Inclusive Education. Our goal is to present and analyze data from the last four years (2015-2019), about the initial training of teachers to work in inclusion rooms, understood in this work as the Specialized Educational Service (AEE) room, as well as, referring to the enrollment of students from the common classes in the regular school system of the early years of elementary school. Among the analysis carried out, we noticed the need to expand the number of undergraduate courses in Special Education and continuing formation.

KEYWORDS: Basic education, Inclusive education, Initial Teacher Training, People with special educational needs, Special Education.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, o movimento para escola inclusiva surgiu no final do século XX, a partir de eventos internacionais e nacionais, movimentos e grupos organizados e os avanços nas políticas públicas, que configuraram a garantia do direito formal de acesso à educação para todos e todas. Porém, segundo Souza e Rodrigues (2015), o discurso que se destacava era a falta de preparo das/os professoras/es no trato com o ensino e aprendizagem das/os alunas/os com necessidades educacionais especiais.

Desde então, inúmeros cursos de orientação e capacitação surgiram, os avanços nas pesquisas sobre transtornos, déficits aumentaram, mas o número expressivo de diagnósticos, medicalização (CFP, 2013) e lacunas nas formações iniciais sobre Educação Especial no curso de licenciatura em Pedagogia também impactaram na educação para inclusão (PEREIRA; GUIMARÃES, 2019).

O número de crianças com necessidades educacionais especiais matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica cresceu a cada ano. Dados encontrados nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) comprovam a afirmação. Diante disso, problematizamos: o que demonstram as estatísticas quanto ao número de matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais em salas de inclusão da rede regular de ensino e, em paralelo, com a formação inicial de professoras/es em Educação Especial?

O objetivo da pesquisa é apresentar e analisar dados estatísticos dos últimos quatro anos (2015-2019), acerca da formação inicial de professoras/es em Educação Especial que atuarão em salas de inclusão, entendido neste trabalho como a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e nas salas de recurso multifuncionais dentro das instituições escolares, bem como, referente às matrículas de alunas/os das classes comuns na rede regular de ensino da Educação Básica.

Para tanto, realizamos o levantamento de dados estatísticos, bibliográfico e documental e utilizamos como aporte teórico os estudos da área de Educação e Políticas Públicas na perspectiva da Educação Inclusiva e de caráter quali-quantitativo

da qual apresentamos e discutimos alguns resultados. Para a elaboração desse artigo, consideramos as estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as sinopses estatísticas dos Censos Escolares dos anos de 2015 a 2019, produzidas pela Diretoria de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e dados dos cursos de graduação em Educação Especial produzidos pelo Cadastro e-MEC.

Julgamos que a formação de professoras/es que lecionam nas salas de ensino regular com inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil, apresenta dados diferenciados entre um Estado e outro da Federação. Avaliamos que tal análise implica, necessariamente, políticas públicas de formação docente inicial e continuada para o ensino de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2 I POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Numa breve contextualização, vale destacar o percurso histórico da Educação Inclusiva. De acordo com Deimling e Moscardini (2012), importantes movimentos e lutas foram destaque na frente da Educação Especial no Brasil, seja para escolas especiais ou para inclusão na rede regular. Dentre esses movimentos, destacam-se, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) que nasceu em 1954, no Rio de Janeiro, os Movimentos de grupos organizados por pessoas com deficiência desde os anos de 1979, antes dos marcos legais do poder público. Em 1980, ocorreu em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, a Federação Brasileira de Entidades de Cegos, a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, a Federação Nacional de Integração de Surdos e a Associação de Paralisia Cerebral do Brasil.

Já no contexto internacional tivemos na década de 1990, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que organizou dois importantes eventos. O primeiro evento foi realizado em Jomtien, na Tailândia, a chamada “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, responsável pela “Declaração Mundial de Educação para Todos” e o segundo em 1994 em Salamanca, na Espanha, a “Conferência Mundial sobre Educação Especial”, do qual originou a “Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais” (MATISKEI, 2004).

Logo após, tivemos no Brasil a origem das seguintes políticas públicas, a saber: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que garante também a oferta do AEE, como dever do Estado; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990; a Política Nacional de Educação Especial de 1994; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996; os Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais de 1998; o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001; e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (DEIMLING; MOSCARDINI, 2012).

Diante desse contexto, apresentamos, alguns conceitos que entendemos serem fundamentais quanto ao processo de inclusão na rede regular de ensino da Educação Básica. Destacamos que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015), destina-se “[...] a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, p. 1). Dessa forma,

o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

A Educação Especial na rede regular, historicamente, se organizou como Atendimento Educacional Especializado (AEE). Tal atendimento deve e/ou deveria ser atrelado às aulas regulares, porém, muitas vezes e de modo equivocado, o atendimento era substitutivo ao ensino comum. Diante desse contexto, decorreram compreensões, terminologias e modalidades variadas que ensejaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais (BRASIL, 2008) para atender a demanda e a garantia do direito à educação a essa população. Resta afirmar que, a Educação Especial é:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 11).

Na próxima seção, apresentaremos as análises realizadas dos dados, considerando as matrículas e/ou números de alunos da Educação Básica, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme as informações encontradas nas Sinopses Estatísticas do Censo Escolar divulgados pelo INEP referentes aos anos de 2015 a 2019. Assim também, consideramos algumas informações referentes à formação inicial de professoras/es que atuarão nas salas regulares (classes comuns), nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica encontrados nos Censos Escolares e no Cadastro e-MEC.

3 | CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS SINOPSES ESTATÍSTICAS DAS SALAS REGULARES (CLASSES COMUNS) DOS ANOS INICIAIS: EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para a elaboração das análises, utilizamos como dados de pesquisa, as Sinopses Estatísticas produzidas pela Diretoria de Estatísticas Educacionais do INEP, especificamente as Sinopses Estatísticas da Educação Básica produzidas com base nos dados dos Censos

Escolares referentes aos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Destacamos que o “[...] Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira” (BRASIL, 2020b, p. 1). O INEP coordena e realiza o Censo Escolar em colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Para facilitar as análises, organizamos em quadros os dados estatísticos e logo abaixo, a observações que as informações expressas nos possibilitaram.

Produzimos o Quadro 1 com base na sinopse “Número de Matrículas da Educação Especial em Classes Comuns ou Classes Exclusivas, por Etapa de Ensino, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município”. Consideramos os dados referentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental que incluem: as matrículas de alunas/os com algum tipo de deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação em turmas da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns especificamente para as Unidades da Federação.

No Quadro 1 constam o número de matrículas da Educação Especial em Classes Comuns dos anos iniciais por Unidade da Federação referentes aos anos de 2015 a 2019. Calculamos os percentuais de variação de matrícula na sequência dos anos. Comparamos os números de matrículas por Unidade da Federação com os dados estatísticos do Censo Escolar. Constam também os dados de cada ano e a variação comparativa entre um ano e outro, ou seja, entre os anos de 2015-2016, 2016-2017, 2017-2018 e 2018-2019.

ESTADO	Ano (nº de matrículas)	Ano (nº de matrículas)	Percentual	Percentual total						
	2015	2016	15-16	2017	16-17	2018	17-18	2019	18-19	15-19
Rondônia	5.074	5.341	5,26%	5.403	1,16%	5.532	2,39%	5.311	-3,99%	4,67%
Acre	3.486	3.663	5,08%	4.046	10,46%	4.342	7,32%	4.784	10,18%	37,23%
Amazonas	6.704	7.106	6,00%	7.921	11,47%	8.854	11,78%	9.252	4,50%	38,01%
Roraima	898	927	3,23%	984	6,15%	1.075	9,25%	1.341	24,74%	49,33%
Pará	18.940	19.312	1,96%	21.604	11,87%	23.229	7,52%	24.396	5,02%	28,81%
Amapá	1.845	2.042	10,68%	2.245	9,94%	2.420	7,80%	2.642	9,17%	43,20%
Tocantins	5.540	5.542	0,04%	5.052	-8,84%	5.524	9,34%	5.421	-1,86%	-2,15%
Maranhão	14.813	14.759	-0,36%	16.305	10,47%	17.654	8,27%	18.749	6,20%	26,57%
Piauí	7.207	7.663	6,33%	8.551	11,59%	8.999	5,24%	10.015	11,29%	38,96%
Ceará	21.201	21.768	2,67%	23.039	5,84%	24.861	7,91%	26.196	5,37%	23,56%
Rio Grande do Norte	7.129	7.217	1,23%	7.614	5,50%	8.013	5,24%	8.233	2,75%	15,49%
Paraíba	9.384	9.491	1,14%	10.299	8,51%	10.942	6,24%	11.987	9,55%	27,74%
Pernambuco	17.384	17.377	-0,04%	18.395	5,86%	19.717	7,19%	21.786	10,49%	25,32%
Alagoas	8.677	9.272	6,86%	10.242	10,46%	10.279	0,36%	10.987	6,89%	26,62%

Sergipe	4.276	4.485	4,89%	4.740	5,69%	5.044	6,41%	5.585	10,73%	30,61%
Bahia	34.430	35.012	1,69%	39.520	12,88%	43.092	9,04%	45.641	5,92%	32,56%
Minas Gerais	47.640	47.580	-0,13%	49.473	3,98%	51.879	4,86%	53.958	4,01%	13,26%
Espírito Santo	8.842	9.110	3,03%	9.624	5,64%	10.517	9,28%	11.778	11,99%	33,21%
Rio de Janeiro	32.570	33.507	2,88%	33.676	0,50%	35.194	4,51%	37.582	6,79%	15,39%
São Paulo	77.206	79.622	3,13%	84.572	6,22%	86.484	2,26%	90.559	4,71%	17,30%
Paraná	32.456	32.605	0,46%	34.875	6,96%	37.623	7,88%	37.788	0,44%	16,43%
Santa Catarina	10.650	10.467	-1,72%	11.152	6,54%	12.029	7,86%	13.096	8,87%	22,97%
Rio Grande do Sul	39.625	38.993	-1,59%	38.093	-2,31%	38.637	1,43%	39.844	3,12%	0,55%
Mato Grosso do Sul	11.670	11.516	-1,32%	10.871	-5,60%	10.636	-2,16%	10.825	1,78%	-7,24%
Mato Grosso	6.691	6.860	2,53%	7.646	11,46%	8.146	6,54%	7.860	-3,51%	17,47%
Goiás	12.942	13.804	6,66%	15.137	9,66%	16.084	6,26%	15.840	-1,52%	22,39%
Distrito Federal	6.313	6.478	2,61%	6.461	-0,26%	6.273	-2,91%	5.613	-10,52%	-11,09%
BRASIL	455.608	463.535	1,74%	489.557	5,61%	515.097	5,22%	539.088	4,66%	18,32%

Quadro 1 – Número de Matrículas da Educação Especial em Classes Comuns dos anos iniciais do Ensino Fundamental segundo a Unidade da Federação (2015-2019).

Fonte: INEP, 2020, p. 1. Adaptado pelas pesquisadoras.

Observamos que o Distrito Federal, no ano de 2019, foi a unidade da Federação que apresentou maior índice de decréscimo de matrículas, com -10,52% no ano de 2019, com 5.613 matrículas, em comparação com o ano de 2018, com 6.273 matrículas. Já o maior acréscimo de matrículas ocorreu no estado da Bahia, entre os anos de 2016, com 35.012 matrículas, e 2017 com 39.520 matrículas, equivalente a 12,88%.

Ao calcularmos a variação entre os anos de 2015 e 2019, ressaltamos que a média percentual nacional de matrículas foi de 18,32%. Desse modo, na análise dos dados verificamos que na comparação entre os Estados, aqueles que tiveram os maiores acréscimos de matrículas, ou seja, superior à média nacional, foram os estados de Roraima, com 49,33% e do Amapá, com 43,20%. Já aqueles que tiveram os maiores decréscimos de matrículas foram os estados do Mato Grosso do Sul, com -7,24% e Tocantins, com -2,15%.

Para a elaboração do Quadro 2, consideramos somente o número de professoras/es da Educação Especial em classes comuns, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, segundo a Unidade da Federação e correspondente aos anos de 2015 a 2019.

ESTADO	Ano (nº de matrículas)	Ano (nº de matrículas)	Percentual	Percentual total						
	2015	2016	15-16	2017	16-17	2018	17-18	2019	18-19	15-19
Rondônia	3.254	3.508	7,81%	3.523	0,43%	3.513	-0,28%	3.558	1,28%	9,34%
Acre	1.630	1.728	6,01%	1.809	4,69%	1.866	3,15%	1.955	4,77%	19,94%
Amazonas	5.483	5.913	7,84%	6.376	7,83%	6.959	9,14%	7.235	3,97%	31,95%
Roraima	1.089	1.088	-0,09%	1.024	-5,88%	1.136	10,94%	1.342	18,13%	23,23%
Pará	13.667	13.900	1,70%	14.995	7,88%	15.385	2,60%	15.698	2,03%	14,86%
Amapá	1.599	1.662	3,94%	1.737	4,51%	1.858	6,97%	1.954	5,17%	22,20%
Tocantins	3.249	3.199	-1,54%	3.331	4,13%	3.437	3,18%	3.492	1,60%	7,48%
Maranhão	10.048	10.318	2,69%	11.647	12,88%	12.451	6,90%	13.364	7,33%	33,00%
Piauí	6.517	6.942	6,52%	7.474	7,66%	7.856	5,11%	8.207	4,47%	25,93%
Ceará	15.809	16.567	4,79%	17.240	4,06%	17.900	3,83%	18.662	4,26%	18,05%
Rio Grande do Norte	5.084	5.304	4,33%	5.459	2,92%	5.688	4,19%	6.001	5,50%	18,04%
Paraíba	5.614	5.768	2,74%	6.162	6,83%	6.430	4,35%	6.635	3,19%	18,19%
Pernambuco	9.453	9.808	3,76%	10.431	6,35%	11.465	9,91%	12.570	9,64%	32,97%
Alagoas	5.082	5.393	6,12%	5.541	2,74%	5.652	2,00%	5.974	5,70%	17,55%
Sergipe	2.922	3.142	7,53%	3.313	5,44%	3.435	3,68%	3.786	10,22%	29,57%
Bahia	19.462	21.483	10,38%	23.704	10,34%	25.484	7,51%	27.355	7,34%	40,56%
Minas Gerais	32.316	33.086	2,38%	34.926	5,56%	37.418	7,14%	37.543	0,33%	16,17%
Espírito Santo	9.428	9.347	-0,86%	9.673	3,49%	10.019	3,58%	10.628	6,08%	12,73%
Rio de Janeiro	22.565	23.680	4,94%	24.266	2,47%	25.218	3,92%	26.628	5,59%	18,01%
São Paulo	61.001	66.317	8,71%	69.336	4,55%	75.803	9,33%	75.758	-0,06%	24,19%
Paraná	20.109	20.614	2,51%	22.523	9,26%	24.312	7,94%	24.985	2,77%	24,25%
Santa Catarina	15.649	15.621	-0,18%	16.378	4,85%	17.035	4,01%	17.849	4,78%	14,06%
Rio Grande do Sul	22.011	22.249	1,08%	22.093	-0,70%	22.790	3,15%	23.354	2,47%	6,10%
Mato Grosso do Sul	8.493	8.346	-1,73%	8.475	1,55%	8.679	2,41%	8.782	1,19%	3,40%
Mato Grosso	5.266	5.393	2,41%	5.598	3,80%	6.315	12,81%	6.433	1,87%	22,16%
Goias	9.790	10.447	6,71%	10.650	1,94%	11.177	4,95%	10.789	-3,47%	10,20%
Distrito Federal	3.607	3.661	1,50%	3.855	5,30%	4.051	5,08%	4.263	5,23%	18,19%
BRASIL	322.212	336.500	4,43%	353.556	5,07%	375.350	6,16%	386.819	3,06%	20,05%

Quadro 2 – Número de professoras/es da Educação Especial em Classes Comuns nos anos iniciais do Ensino Fundamental por Unidade da Federação (2015-2019).

Fonte: INEP, 2020, p. 1. Adaptado pelas pesquisadoras.

Referente ao número de professoras/es da Educação Especial em Classes Comuns nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme exemplificamos nesta pesquisa, destacamos que o maior acréscimo de docentes atuantes foi do estado de Roraima, com

18,13% entre os anos de 2018 e 2019. Já o maior decréscimo foi apresentado pelo Estado de Goiás, com -3,47% para o mesmo período.

Ao analisarmos a variação entre os anos de 2015 a 2019, o estado da Bahia apresentou o maior acréscimo, com 40,56%, e o maior decréscimo foi apresentado pelo Estado do Acre, com 19,94%, em consideração a média nacional de 20,05% para o mesmo período.

Para a elaboração do Quadro 3, consideramos somente o número de professoras/es da Educação Especial em classes comuns com licenciatura segundo a Unidade da Federação referentes aos anos de 2015 a 2019.

ESTADO	Ano (nº de matriculas)	Ano (nº de matriculas)	Percentual	Percentual total						
Estado	2015	2016	15-16	2017	16-17	2018	17-18	2019	18-19	15-19
Rondônia	8.491	8.651	1,88%	8.978	3,78%	9.225	2,75%	9.336	1,20%	9,95%
Acre	4.754	4.875	2,55%	5.077	4,14%	5.510	8,53%	6.058	9,95%	27,43%
Amazonas	13.137	14.915	13,53%	16.712	12,05%	18.821	12,62%	19.738	4,87%	50,25%
Roraima	2.992	3.100	3,61%	3.017	-2,68%	3.325	10,21%	3.760	13,08%	25,67%
Pará	26.899	28.950	7,62%	33.437	15,50%	37.572	12,37%	41.968	11,70%	56,02%
Amapá	5.117	5.284	3,26%	5.233	-0,97%	5.459	4,32%	5.758	5,48%	12,53%
Tocantins	8.502	8.605	1,21%	9.185	6,74%	9.956	8,39%	10.085	1,30%	18,62%
Maranhão	25.749	28.005	8,76%	30.886	10,29%	33.964	9,97%	36.659	7,93%	42,37%
Piauí	14.206	15.192	6,94%	17.770	16,97%	20.291	14,19%	21.055	3,77%	48,21%
Ceará	35.932	37.637	4,75%	41.321	9,79%	45.189	9,36%	50.434	11,61%	40,36%
Rio Grande do Norte	13.905	14.398	3,55%	14.848	3,13%	15.486	4,30%	16.368	5,70%	17,71%
Paraíba	14.381	15.493	7,73%	17.293	11,62%	19.346	11,87%	20.562	6,29%	42,98%
Pernambuco	25.151	26.081	3,70%	28.155	7,95%	32.102	14,02%	35.215	9,70%	40,01%
Alagoas	10.222	11.074	8,33%	12.328	11,32%	13.554	9,94%	15.316	13,00%	49,83%
Sergipe	7.976	8.592	7,72%	9.056	5,40%	9.826	8,50%	10.803	9,94%	35,44%
Bahia	44.892	51.232	14,12%	58.877	14,92%	66.667	13,23%	72.967	9,45%	62,54%
Minas Gerais	95.733	100.509	4,99%	106.864	6,32%	113.720	6,42%	116.492	2,44%	21,68%
Espírito Santo	23.223	22.938	-1,23%	23.808	3,79%	25.095	5,41%	26.079	3,92%	12,30%
Rio de Janeiro	54.703	55.994	2,36%	60.334	7,75%	65.300	8,23%	67.698	3,67%	23,76%
São Paulo	178.055	184.891	3,84%	190.715	3,15%	222.157	16,49%	226.012	1,74%	26,93%
Paraná	61.320	64.099	4,53%	65.881	2,78%	69.266	5,14%	69.862	0,86%	13,93%
Santa Catarina	32.552	34.948	7,36%	37.674	7,80%	40.809	8,32%	43.901	7,58%	34,86%
Rio Grande do Sul	59.334	60.346	1,71%	61.089	1,23%	64.337	5,32%	64.960	0,97%	9,48%
Mato Grosso do Sul	16.603	16.927	1,95%	17.422	2,92%	18.291	4,99%	18.950	3,60%	14,14%
Mato Grosso	14.156	14.032	-0,88%	15.462	10,19%	16.806	8,69%	15.626	-7,02%	10,38%

Goiás	26.418	27.344	3,51%	28.832	5,44%	30.915	7,22%	30.541	-1,21%	15,61%
Distrito Federal	14.360	14.247	-0,79%	14.910	4,65%	15.524	4,12%	15.044	-3,09%	4,76%
BRASIL	840.778	880.375	4,71%	937.181	6,45%	1.030.531	9,96%	1.073.266	4,15%	27,65%

Quadro 3 – Número de professoras/es da Educação Especial em Classes Comuns com Licenciatura por Unidade da Federação (2015-2019)

Fonte: INEP, 2020, p. 1. Adaptado pelas pesquisadoras.

Ao considerarmos o número de professoras/es da Educação Especial em Classes Comuns com licenciatura, por Estado no período de 2015 a 2019, identificamos algumas variações. O maior acréscimo ocorreu no estado do Piauí, entre os anos de 2017 e 2017, com 16,97%, e, o maior decréscimo ocorreu no estado do Mato Grosso com -7,02%. Ao considerarmos a variação entre os anos de 2015 e 2019, o maior acréscimo foi apresentado pelo estado da Bahia, com 62,54%, e o maior decréscimo pelo estado do Acre com 27,43%.

Para a elaboração do Quadro 4 utilizamos os dados referentes às populações estimadas de cada Estado do Brasil conforme divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2019, e os dados do Censo Escolar referente aos números de matrículas da Educação Básica total entre Classes Comuns e Classes Exclusivas, por Unidade da Federação no ano de 2019.

Estado	População Estimada	Número discentes da Educação Especial	Percentual de matrículas em relação à população
Rondônia	1.777.225	12.704	0,71%
Acre	881.935	11.107	1,25%
Amazonas	4.144.597	19.021	0,45%
Roraima	605.761	3.280	0,54%
Pará	8.602.865	50.239	0,58%
Amapá	845.731	6.289	0,74%
Tocantins	1.572.866	14.847	0,94%
Maranhão	7.075.181	44.029	0,62%
Piauí	3.273.227	21.899	0,66%
Ceará	9.132.078	64.120	0,70%
Rio Grande do Norte	3.506.853	20.006	0,57%
Paraíba	4.018.127	23.640	0,58%
Pernambuco	9.557.071	45.643	0,47%
Alagoas	3.337.357	23.152	0,69%
Sergipe	2.298.696	10.645	0,46%
Bahia	14.873.064	99.439	0,66%
Minas Gerais	21.168.791	142.098	0,67%

Espírito Santo	4.018.650	29.124	0,72%
Rio de Janeiro	17.264.943	74.928	0,43%
São Paulo	45.919.049	203.389	0,44%
Paraná	11.433.957	100.262	0,87%
Santa Catarina	7.164.788	36.734	0,51%
Rio Grande do Sul	11.377.239	95.508	0,83%
Mato Grosso do Sul	2.778.986	20.977	0,75%
Mato Grosso	3.484.466	22.816	0,65%
Goiás	7.018.354	38.491	0,54%
Distrito Federal	3.015.268	16.580	0,54%
BRASIL	210.147.125	1.250.967	0,59%

Quadro 4 – Percentual das matrículas em relação à população por milhão de habitantes

Fonte: INEP, 2020, p. 1, IBGE, 2020, p. 1. Adaptado pelas pesquisadoras.

Destacamos que, ao considerarmos a população estimada e o número de matrículas de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, o estado do Rio de Janeiro foi o que apresentou o menor índice, ou seja, 0,43% das matrículas de um total de 17.264.943 habitantes. Já o maior índice foi do estado do Acre com 1,25% de matrículas para 881.935 habitantes. Destacamos, contudo, que a média nacional em 2019 para a estimativa populacional em percentuais para a matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, foi de 0,59% num total de 210.147.125 habitantes, ou seja, 0,0028%.

Para a elaboração do Quadro 5, utilizamos os dados referentes ao número de professoras/es da Educação Especial em Classes Comuns e Classes Exclusivas segundo a Unidade da Federação no ano de 2019.

Estado	População Estimada	Número de professoras/es da Educação Especial	Percentual de professoras/es em relação à população
Rondônia	1.777.225	10.453	0,58%
Acre	881.935	7.103	0,80%
Amazonas	4.144.597	22.081	0,53%
Roraima	605.761	4.553	0,75%
Pará	8.602.865	48.151	0,55%
Amapá	845.731	6.847	0,80%
Tocantins	1.572.866	12.178	0,77%
Maranhão	7.075.181	51.103	0,72%
Piauí	3.273.227	26.065	0,79%
Ceará	9.132.078	59.989	0,65%

Rio Grande do Norte	3.506.853	20.008	0,57%
Paraíba	4.018.127	25.798	0,64%
Pernambuco	9.557.071	44.256	0,46%
Alagoas	3.337.357	20.047	0,60%
Sergipe	2.298.696	12.574	0,54%
Bahia	14.873.064	93.587	0,62%
Minas Gerais	21.168.791	134.809	0,63%
Espírito Santo	4.018.650	29.050	0,72%
Rio de Janeiro	17.264.943	88.355	0,51%
São Paulo	45.919.049	240.733	0,52%
Paraná	11.433.957	84.626	0,74%
Santa Catarina	7.164.788	50.864	0,70%
Rio Grande do Sul	11.377.239	75.766	0,66%
Mato Grosso do Sul	2.778.986	21.306	0,76%
Mato Grosso	3.484.466	24.042	0,69%
Goiás	7.018.354	36.632	0,52%
Distrito Federal	3.015.268	17.856	0,59%
BRASIL	210.147.125	1.268.832	0,60%

Quadro 5 – Percentual do número de professoras/es da Educação Especial em relação à população por milhão de habitantes

Fonte: INEP, 2020, p. 1, IBGE, 2020, p. 1. Adaptadas pelos pesquisadores.

Destacamos que os estados do Acre e do Amapá com 0,80% apresentaram maior índice de professoras/es da Educação Especial em relação à população, de 881.935 e 845.731 de habitantes. Já o menor índice foi apresentado pelo estado de Pernambuco com 0,46% com uma população de 9.557.071 habitantes.

Estado	População Estimada	Percentual de matrículas em relação à população	Percentual de professoras/es em relação à população
Rondônia	1.777.225	0,71%	0,58%
Acre	881.935	1,25%	0,80%
Amazonas	4.144.597	0,45%	0,53%
Roraima	605.761	0,54%	0,75%
Pará	8.602.865	0,58%	0,55%
Amapá	845.731	0,74%	0,80%
Tocantins	1.572.866	0,94%	0,77%
Maranhão	7.075.181	0,62%	0,72%
Piauí	3.273.227	0,66%	0,79%
Ceará	9.132.078	0,70%	0,65%

Rio Grande do Norte	3.506.853	0,57%	0,57%
Paraíba	4.018.127	0,58%	0,64%
Pernambuco	9.557.071	0,47%	0,46%
Alagoas	3.337.357	0,69%	0,60%
Sergipe	2.298.696	0,46%	0,54%
Bahia	14.873.064	0,66%	0,62%
Minas Gerais	21.168.791	0,67%	0,63%
Espírito Santo	4.018.650	0,72%	0,72%
Rio de Janeiro	17.264.943	0,43%	0,51%
São Paulo	45.919.049	0,44%	0,52%
Paraná	11.433.957	0,87%	0,74%
Santa Catarina	7.164.788	0,51%	0,70%
Rio Grande do Sul	11.377.239	0,83%	0,66%
Mato Grosso do Sul	2.778.986	0,75%	0,76%
Mato Grosso	3.484.466	0,65%	0,69%
Goiás	7.018.354	0,54%	0,52%
Distrito Federal	3.015.268	0,54%	0,59%
BRASIL	210.147.125	0,59%	0,60%

Quadro 6 – Percentual entre as Matrículas em relação à população e de professoras/es em relação à população

Fonte: INEP, 2020, p. 1, IBGE, 2020, p. 1. Adaptada pelos pesquisadores.

No Quadro 6 identificamos que o estado do Acre com uma população estimada de 881.935 habitantes, apresentou os melhores índices. Referente às matrículas em relação à população, o Estado possui um índice de 1,25% de crianças matriculadas nos anos iniciais da Educação Básica. Do mesmo modo, referente ao número de professoras/es em relação à população, o Estado também apresenta um dos melhores índices, de 0,80%.

Em contrapartida, o Estado de Pernambuco apresentou os menores índices, ou seja, o índice de crianças matriculadas nos anos iniciais da Educação Básica foi de 0,47% e, com relação ao número de professoras/es em relação a população, foi de 0,46%. Destacamos que a média do índice de crianças matriculadas nos anos iniciais da Educação Básica foi de 0,59% e o índice de docentes em relação a população foi de 0,60%. De modo geral, observamos que os Estados que apresentam índices inferiores ao percentual de professoras/es os apresentam diferença também em relação ao número de matrículas.

Estado	Número de matrículas da Educação Especial	Número de professoras/es da Educação Especial	Percentual de professoras/es por discentes da Educação Especial
Rondônia	12.704	10.453	82,28%
Acre	11.107	7.103	63,95%
Amazonas	19.021	22.081	116,08%
Roraima	3.280	4.553	138,81%
Pará	50.239	48.151	95,84%
Amapá	6.289	6.847	108,87%
Tocantins	14.847	12.178	82,02%
Maranhão	44.029	51.103	116,06%
Piauí	21.899	26.065	119,02%
Ceará	64.120	59.989	93,55%
Rio Grande do Norte	20.006	20.008	100,01%
Paraíba	23.640	25.798	109,12%
Pernambuco	45.643	44.256	96,96%
Alagoas	23.152	20.047	86,58%
Sergipe	10.645	12.574	118,12%
Bahia	99.439	93.587	94,11%
Minas Gerais	142.098	134.809	94,87%
Espírito Santo	29.124	29.050	99,74%
Rio de Janeiro	74.928	88.355	117,91%
São Paulo	203.389	240.733	118,36%
Paraná	100.262	84.626	84,40%
Santa Catarina	36.734	50.864	138,46%
Rio Grande do Sul	95.508	75.766	79,32%
Mato Grosso do Sul	20.977	21.306	101,56%
Mato Grosso	22.816	24.042	105,37%
Goiás	38.491	36.632	95,17%
Distrito Federal	16.580	17.856	107,69%
BRASIL	1.250.967	1.268.832	101,42%

Quadro 7 – Percentual entre o número de professoras/es por discentes da Educação Especial

Fonte: INEP, 2020, p. 1, IBGE, 2020, p. 1. Adaptada pelos pesquisadores.

Ao analisarmos o Quadro 7 identificamos que, em consideração a média nacional de matrícula por aluno, de 101,42%, algumas variações percentuais entre os Estados são evidentes. O estado do Acre, com uma população estimada de 881.935 habitantes, apresentou o menor percentual de professoras/es por discentes, ou seja, 63,95%. Já os estados de Roraima, com 138,81%, e de Santa Catarina, com 138,45%, são os que apresentaram melhor índice de matrícula por discente, ou seja, mais que um/a professor/a pôr matrícula de aluno da Educação Especial.

Após apresentarmos tais dados acerca das matrículas de inclusão nas classes comuns de pessoas com necessidades educacionais na rede regular de ensino da Educação Básica e, do número de professoras/es da Educação Especial, apresentamos algumas considerações sobre a oferta de Cursos de Licenciatura em Educação Especial no Brasil.

4 | CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: A FORMAÇÃO INICIAL EM FOCO

O Cadastro e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa n.º 21, de 21 de dezembro de 2017, é uma “[...] base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior – IES, independentemente de Sistema de Ensino” (BRASIL, 2020a, p. 1). Nesse estudo, consideramos os dados dispostos no Cadastro e-MEC especificamente relacionados aos cursos de graduação e licenciatura em Educação Especial.

No Quadro 8, elencamos as Instituições de Ensino Superior (IES), a sigla, a modalidade do curso de graduação (presencial ou a distância), a data de início de funcionamento e a data do Ato de Criação. Salientamos que na página do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC, na opção Consulta Avançada, selecionamos somente o curso de graduação, licenciatura, em Educação Especial. Ressaltamos, contudo, que desconsideramos a quantidade de cursos de graduação ofertados pelo campus e incluímos apenas por IES.

Instituição (IES)	Sigla	Estado	Modalidade	Data início funcionamento	Data Ato de Criação
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	Presencial	10/02/2008	19/08/2008
Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	Presencial	17/07/2010 e 05/07/2011	-
Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí	UNIDAVI	SC	Presencial	10/09/2010, 15/04/2013 e 15/04/2013	-
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	SC	Presencial	Não iniciado	21/11/2019
Centro Universitário Claretiano	CEUCLAR		A Distância	Não iniciado	25/06/2018
Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	A Distância	Não iniciado	-
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	SP	A Distância	01/02/2018	13/12/2017
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	SP	A Distância	01/02/2018	15/12/2017
Universidade do Contestado	UNC	SC	Presencial	Não iniciado	12/11/2009
Universidade do Contestado	UNC	SC	A Distância	05/04/2018	01/03/2018
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	Presencial	10/11/2012	07/10/2009
Universidade de Franca	UNIFRAN	SP	A Distância	01/02/2018	29/11/2017

Centro Universitário Braz Cubas	-	SP	A Distância	Não iniciado	24/04/2020
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	Presencial	01/03/2004	10/08/1976
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	Presencial	10/08/2009	26/09/2008
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	A Distância	08/03/2010	06/11/2009
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	A Distância	Não iniciado	18/12/2018
Universidade Santa Cecília	UNISANTA	SP	A Distância	01/02/2018	27/11/2017
Universidade Metropolitana de Santos	UNIMES	ES	A Distância	02/03/2018	06/06/2017
Centro Universitário São Lucas	UniSL	BA	A Distância	16/07/2018	01/12/2017
Centro Universitário da Serra Gaúcha	FSG	RS	A Distância	01/08/2018	02/05/2018
Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI	CE	A Distância	18/07/2016	01/02/2016
Centro Universitário de Jaguariúna	UniFAJ	CE	A Distância	09/08/2018	09/08/2018
Centro Universitário Internacional	UNINTER	SP	A Distância	28/05/2018	20/10/2017
Centro Universitário do Planalto de Araxá	UNIARAXÁ	MG	A Distância	Não iniciado	07/05/2020
Centro Universitário de Lins	UNILINS	MG	A Distância	06/01/2020	-
Centro Universitário de Excelência Eniac	ENIAC	SP	A Distância	16/07/2019	03/07/2019
Faculdade Verde Norte	FAVENORTE	MG	Presencial	30/05/2017	30/05/2017
Centro Universitário Faveni	UNIFAVENI	SP	A Distância	27/04/2019	27/04/2019
Instituto Superior de Educação Ibituruna	-	MG	Presencial	01/08/2017	04/07/2017
Centro Universitário Cidade Verde	UNIFCV	SP	A Distância	18/02/2019	17/01/2019
Centro Universitário Facvest	UNIFACVEST	RO	A Distância	04/04/2018	04/04/2018
Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão	FSF	CE	A Distância	08/08/2019	31/07/2019
Faculdade de Desenvolvimento do Norte	FADENORTE	MG	Presencial	05/02/2018	13/11/2017

Quadro 8 – Instituições, modalidade de ensino e data de início do curso de licenciatura em Educação Especial

Fonte: Cadastro e-MEC, 2020, p. 1. Adaptado pelas pesquisadoras.

Do Quadro 8 salientamos algumas informações. Quanto ao número de cursos presenciais, são oferecidos por dez IESs e, os cursos à distância são ofertados por vinte e três IESs. Somente duas IESs ofertam o curso nas duas modalidades. Na soma total, segundo os dados do e-MEC, foram autorizadas para os cursos em atividade o total de 23.984 vagas. Dos dados que apresentamos, destacamos o número de cursos criados por ano: 2016, um; 2017, dois; 2018, onze; e, 2019, quatro. Observamos um aumento significativo de oferta do curso entre os anos de 2018 e 2019.

Destacamos que o aumento da oferta de cursos de licenciatura em Educação Especial, foi resultado, dentre outros fatores, ao aumento do número de matrículas da Educação Especial em Classes Comuns nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Conforme apresentamos, entre os anos de 2015 e 2019, a maioria dos Estados apresentou acréscimo, como por exemplo, os estados de Roraima, Amapá, Piauí e Amazonas. Ainda, resta dizermos que passou a ser ofertado, no mesmo período, um curso de licenciatura em Educação Especial, no estado de Roraima, em 2018. De outro modo, no estado de São Paulo, passaram a ser oferecidos nove cursos, e, no mesmo estado e período houve o aumento do número de matrículas de crianças nas classes comuns da rede regular de ensino da Educação Básica, sendo inferior à média nacional, 17,30% e 18,32%, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados disponibilizados pelo INEP sobre o Censo Escolar e Cadastro e-MEC acerca dos cursos de graduação no Brasil, nos possibilitou avaliar, mesmo que de maneira preliminar, a oferta e a demanda pelo curso de graduação em Educação Especial, licenciatura. Ao apresentar os dados, observamos que a oferta de tais cursos teve um aumento significativo a partir do ano de 2018, que coincide com o aumento no número de matrículas para atendimento das crianças com necessidades educacionais, ou seja, houve aumento da demanda na formação inicial de tais profissionais.

Os diversos movimentos de lutas e avanço das políticas públicas no Brasil, políticas públicas como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei n.º 13.143, de 6 de julho de 2015, serviu de condão tanto para o aumento do número de matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino da Educação Básica, quanto para a criação e oferta de cursos de licenciatura em Educação Especial.

Outro ponto a ser destacado é o número de professoras/es por discentes da Educação Especial no ensino regular que sofreu variação na análise do recorte temporal, ou seja, alguns Estados apresentaram números positivos para ambos os itens, enquanto outros, apresentaram números abaixo do esperado ao considerarmos a média nacional.

Ao considerarmos a população estimada em cada ano, o número de discentes e de professoras/es das classes de inclusão (salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE), percebemos que a quantidade de habitantes em cada Estado não determina se esses números foram positivos ou negativos. Quer dizer, a análise estatística não nos possibilitou avaliar o percentual de alunos por professores nas classes comuns e exclusivas nos diferentes Estados.

Além disso, consideramos que são poucos os cursos específicos voltados à formação inicial de graduação em Educação Especial no país, para atender a demanda de alunas/os que, por direito, necessitam de educação de qualidade nos ditames da Educação Inclusiva, bem como, o investimento e aumento na quantidade de formações continuadas,

com intuito de auxiliar nas lacunas deixadas pela formação inicial em outras licenciaturas e de proporcionar novos olhares, repensando continuamente as práticas pedagógicas.

O papel da escola é se impor como um “[...] instrumento para a inclusão, os professores, com o decorrer do tempo, passam a entender o seu papel e tomam para si a responsabilidade de promover a inclusão do aluno dito diferente e assim abolir a exclusão” (SOUZA; RODRIGUES, 2015, p. 22988), e com isso, num processo compartilhado realizar novas possibilidades de trabalho, ideias e recursos junto com a equipe pedagógica, secretarias municipais e estaduais de educação, bem como, parcerias com as Universidades e vice-versa.

Concluímos, após a apresentação de todos os dados, que tanto a demanda pela inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas classes comuns da rede regular de ensino de Educação Básica, quanto a oferta de cursos de licenciatura em Educação Especial foram ampliados de maneira tímida. Vale destacar que “a efetivação de um sistema educacional inclusivo vai além da formação inicial e do compromisso desse profissional; requer da sociedade e do Estado a concretização dos direitos de todos os cidadãos à educação escolar (PEREIRA; GUIMARÃES, 2019, p. 584) para que a Educação Inclusiva se faça presente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**: Cadastro e-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 jul 2020a.

BRASIL. **Lei n.º 13.143, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=Art.,sua%20inclus%C3%A3o%20social%20e%20cidadania](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=Art.,sua%20inclus%C3%A3o%20social%20e%20cidadania.). Acesso em: 22 jul 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 23 jul 2020.

BRASIL. **Segunda etapa da coleta de dados do Censo termina em 16 de março**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32124?start=80>. Acesso em: 13 dez 2020b.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Subsídios para a campanha não à medicalização da vida**: medicalização da Educação. Brasília, 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno_AF.pdf. Acesso em: 14 mar 2021.

DEIMLING, N. M.; MOSCARDINI, S. F. Inclusão escolar: política, marcos históricos, avanços e desafios. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, n. 12, 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9325/6177>. Acesso em: 17 out 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df/.html?>. Acesso em: 21 jul 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. 2019. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jul 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. 2017. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jul 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica** 2016. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jul 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica** 2018. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jul 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica** 2015. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jul 2020.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar**, Curitiba, Editora UFPR, n. 23, p. 185-202, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n23/n23a12.pdf>. Acesso em: 14 mar 2021.

PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo; GUIMARÃES, Selva. A Educação Especial na Formação de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia. **Rev. bras. educ. espec**, Bauru. v.25 n.4. Oct./Dec. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000400571. Acesso em: 14 mar 2021.

SOUZA, Ana Lucia Alvarenga dos Santos; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. Educação inclusiva e formação docente continuada. **EDUCERE, XII Congresso Nacional de Educação**. PUCPR, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21491_10456.pdf. Acesso em: 14 mar 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Preventiva 76, 78

Acessibilidade 15, 16, 19, 20, 22, 24, 25, 70, 72, 74, 80, 127, 128, 129, 136, 137, 145

Ações Pedagógicas 161, 162

Adolescentes 102, 148

Aprendizagem 7, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 27, 29, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 61, 63, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 84, 92, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125, 127, 128, 131, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 150, 155, 158, 161, 162, 165, 167, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 190, 194, 195, 196, 198, 204, 205, 219, 223, 224, 227, 231, 232, 235, 236, 240, 243

Arte-Educação 111, 115, 116

Atendimento Especializado 121, 148

C

Ciências da Natureza 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65

CIF 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

Criança 28, 47, 49, 52, 57, 59, 63, 79, 91, 92, 93, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 118, 119, 123, 124, 141, 142, 144, 155, 156, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 193, 240

Cursos Técnicos 1, 3, 11, 212

D

Declaração de Salamanca 28, 60, 66, 74, 121, 123, 126

Deficiência Intelectual 68, 70, 121, 124, 125, 126

Déficit de Atenção 96, 97, 98, 99, 101, 102

Desafios 17, 18, 42, 43, 62, 65, 105, 106, 112, 122, 149, 162, 168, 175, 176, 179, 181, 186, 187, 191, 192, 196, 197, 200, 204, 210, 212, 225, 231, 235, 242, 243, 245, 247, 249, 251

Desafios da Pós-Graduação 242, 243

Desenvolvimento 16, 17, 19, 23, 26, 30, 39, 40, 46, 47, 50, 59, 63, 65, 68, 70, 73, 79, 97, 99, 100, 103, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 153, 155, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 178, 179, 180, 187, 195, 196, 198, 203, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 239, 240, 243, 248, 254

Desenvolvimento Humano 68, 70, 73, 120, 195

Desenvolvimento Profissional Docente 230, 231, 232, 236, 237, 239

Direito e Pesquisas 242

Dislexia 98, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150

Distúrbios de Aprendizagem 103, 105, 110, 114

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 137, 138, 139, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educação Básica 15, 26, 27, 29, 30, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 45, 63, 77, 84, 85, 112, 126, 149, 154, 155, 159, 175, 177, 181, 182, 184, 185, 188, 190, 191, 195, 200, 207, 208, 216, 222, 223, 235, 245, 249, 251, 252, 253, 254, 255

Educação de Surdos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 66, 67, 89, 90, 128, 137, 153, 156

Educação Especial 1, 3, 6, 7, 8, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 57, 60, 66, 67, 68, 70, 81, 84, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 110, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 145, 149, 167, 223, 224

Educação Inclusiva 7, 8, 10, 11, 12, 16, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 41, 42, 43, 56, 66, 67, 79, 84, 86, 93, 122, 126, 128, 129, 130, 136, 137, 145, 149, 151, 155, 160, 223

Educação Profissional 7, 8, 13, 138, 146, 186, 187, 189, 190, 191, 195, 199, 200, 201, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 226, 255

Educação Virtual 127

Ensino 2, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 77, 78, 79, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 108, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 129, 131, 136, 139, 145, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 160, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 219, 223, 227, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Ensino Bilíngue 11, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53

Ensino Remoto 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 182

Escola 1, 2, 3, 7, 10, 11, 12, 18, 23, 27, 29, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 110, 113, 115, 116, 118, 120, 123, 126, 139, 140, 141, 144, 147, 148, 150, 154, 155, 157, 160, 175, 177, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 190, 196, 200, 202, 203, 204, 205, 211, 219, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241

Escola Pública 230, 231, 240

Estudantes Surdos 1, 3, 10, 11, 12, 65, 127, 130, 131, 134, 153, 154, 155, 156

F

Formação de Professores 10, 12, 25, 43, 50, 82, 91, 151, 153, 154, 155, 159, 175, 177, 181, 184, 185, 190, 201, 202, 203, 205, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 231, 239, 240, 241, 251, 252, 254

Formação Inicial 26, 27, 29, 39, 41, 42, 152, 154, 159, 175, 176, 177, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 198, 200, 201, 207, 210, 213, 228, 234, 236, 237, 255

I

Inclusão 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 39, 41, 42, 43, 54, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 87, 93, 94, 95, 115, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 136, 137, 138, 139, 145, 148, 151, 152, 153, 156, 159, 160, 161, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 179, 224, 235, 238, 251, 252, 253

Inclusão Escolar 4, 7, 8, 42, 62, 87, 138, 145

Inovação 7, 49, 50, 175, 176, 179, 180, 183, 184, 233

Instituto Federal 1, 10, 138, 139, 161, 186, 192, 201, 202, 203, 208, 216, 218, 219, 222, 250, 254

L

Letramento 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 95, 110, 117, 119, 121, 156, 180, 182, 185, 254

Libras 1, 7, 8, 9, 11, 18, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 89, 90, 95, 127, 128, 129, 131, 132, 135, 136, 137, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 251, 252, 253

Licenciatura em Educação Profissional 206, 209, 210, 214, 215, 216

Língua de Sinais 56, 58, 59, 61, 62, 65, 89, 90, 95, 137, 153, 154, 156, 158, 253

M

Metodologias Ativas 18, 22, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 55, 178

Música 54, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

N

Necessidades Específicas 73, 138, 147, 148

P

Pedagogia 1, 26, 27, 43, 51, 53, 55, 68, 70, 73, 88, 94, 95, 119, 177, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 223, 232, 240, 255

Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais 26, 28, 35

Pós-Graduação Jurídica 242, 243, 244

Prática Docente 49, 156, 157, 159, 175, 184, 202, 203, 204, 212, 214, 215, 224, 226

Processo Formativo 1, 3, 11, 230

Processos Cognitivos 78, 103

Profissionalidade Docente 206, 209, 210, 211, 214, 217

Psicologia Escolar 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 111, 112, 115, 116, 120

R

Reformas Curriculares 230

S

SIS 68, 69, 70, 74

Superior 5, 15, 31, 39, 40, 42, 51, 60, 152, 153, 154, 171, 178, 189, 191, 200, 207, 210, 216, 217, 223, 227, 243, 244, 251, 252, 253, 254

T

Tecnologias 14, 16, 17, 18, 19, 22, 24, 25, 49, 51, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 137, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 239, 248, 249, 254

Tecnologias Assistivas 19, 22, 127, 128, 130, 136, 137

Trabalho do Pedagogo 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 219, 225, 227

Transtorno 30, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 108, 143, 161, 163, 164, 166

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021